



ORGANIZAR A LUTA PELA TERRA: UMA PERSPECTIVA SOCIOTERRITORIAL

VITOR CARVALHO GOMES¹
LÍVIA GUIMARÃES FONTES²
ROCÍO DEL PILAR LÓPEZ CABANA³
JOSIANE BARBOSA GOUVÊA⁴

¹*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – adm.vitorcg@gmail.com*

²*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – liviagfontes@gmail.com*

³*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – rocio.lopez@ufms.br*

⁴*Instituto Federal do Paraná (IFPR) – josiane.gouvea@ifpr.edu.br*

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender como o organizar emerge nas práticas cotidianas de luta pela terra entre moradores do Assentamento Índio Galdino, em Curitiba (SC), desvelando as relações entre tais práticas e os processos organizativos socioterritoriais. A abordagem teórica articula a perspectiva do *organizing* nos Estudos Organizacionais às contribuições de Agnes Heller sobre cotidiano e história e de Michel de Certeau sobre práticas ordinárias e táticas de resistência. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa interpretativa baseada em análise narrativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com oito assentados, complementadas por registros em diário de campo. Os resultados indicam que a luta pela terra configura processo organizativo contínuo, no qual acampamento e assentamento constituem momentos interdependentes: no primeiro, a coletividade sustenta a sobrevivência; no segundo, ela é continuamente renegociada diante da posse da terra, das exigências produtivas e das relações com Estado e mercado. Evidenciamos ainda a centralidade simbólica da terra, a importância das redes de solidariedade e a adoção de táticas cotidianas, como alternativas de comercialização. Concluímos que experiências socioterritoriais como essa tensionam pressupostos tradicionais dos Estudos Organizacionais, especialmente neutralidade política, abstração territorial e centralidade de organizações formais, contribuindo para sua reconfiguração conceitual ao propor o *organizing* socioterritorial como categoria analítica capaz de incorporar território, memória coletiva, conflito político e reprodução cotidiana da vida como dimensões ontologicamente constitutivas do organizar.

Palavras-chave: *Organizing* socioterritorial; Reforma agrária; Cotidiano.

Introdução

O acesso à terra constitui um tema central nas disputas sociais no Brasil, refletindo desigualdades historicamente construídas. Como observa Germani (2006), o país apresenta uma estrutura fundiária concentrada, evidenciando limites persistentes da reforma agrária. A própria reforma agrária assumiu significados distintos ao longo do tempo (Cardoso & Dal Bosco, 2025).

Desde meados do século XX, movimentos denunciam a concentração fundiária e a exclusão social no campo. Apesar de iniciativas de sindicatos rurais e ligas camponesas, a repressão intensificada após o Golpe de 1964 fragilizou essas experiências. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formalizado em 1984, emerge como resposta organizada à estrutura agrária excludente, articulando luta social e territorialidade (Morissawa, 2001; Santos *et al.*, 2025).

Embora amplamente estudado sob perspectivas históricas, sociopolíticas e agrárias, o MST tem sido menos explorado nos Estudos Organizacionais como processo organizativo em movimento. A literatura privilegia organizações empresariais com estruturas formais, marginalizando formas organizativas emergentes de conflitos socioterritoriais. Essa ênfase tende a invisibilizar experiências organizacionais que não se orientam prioritariamente por eficiência instrumental ou racionalidade econômica.

A perspectiva do *organizing* contribui para tensionar essa lacuna ao deslocar o foco da organização entendida como entidade estática para os processos pelos quais ela se constitui nas práticas cotidianas (Weick, Sutcliffe, & Obstfeld, 2005; Duarte & Alcadipani, 2016). Analisar o MST a partir do *organizing* permite não apenas aplicar esse referencial a um novo objeto empírico, mas tensionar seus próprios pressupostos, sugerindo que processos organizativos socioterritoriais são atravessados por memória coletiva, conflito político, territorialidade e reprodução da vida. Ao fazê-lo, o artigo propõe deslocar o *organizing* de seus pressupostos implícitos de estabilidade institucional, reconfigurando-o a partir de experiências socioterritoriais e conflitos estruturais.

Essa discussão dialoga com as contribuições de Certeau (2014), especialmente sua distinção entre estratégias e táticas, que evidencia como sujeitos socialmente situados produzem formas criativas de agir e resistir em estruturas de poder assimétricas. Complementarmente, Heller (1970) enfatiza a historicidade do cotidiano, compreendendo-o como espaço em que rotinas, escolhas e relações sociais simultaneamente reproduzem e transformam a vida social. As práticas cotidianas não apenas refletem organização, mas produzem continuamente formas organizativas situadas, historicamente construídas e frequentemente contra-hegemônicas. Apesar de diferenças epistemológicas, o entrelaçamento de suas perspectivas sustenta que a realidade e a história se constroem no cotidiano, no devir, no fluxo e nas práticas do cotidiano.

Nessa direção, movimentos sociais podem ser compreendidos menos como entidades estáveis e mais como processos históricos e relacionais construídos na práxis cotidiana (Picolotto, 2007). Experiências concretas de assentamentos rurais, como o Assentamento Índio Galdino, em Curitiba (SC), constituem contextos privilegiados para observar práticas de luta e organização.

Diante desse enquadramento, este estudo busca compreender como o organizar emerge nas práticas cotidianas de luta pela terra entre moradores do Assentamento Índio Galdino, em Curitiba (SC), desvelando as relações entre tais práticas e os processos organizativos socioterritoriais. O artigo pretende contribuir para ampliar o escopo analítico dos Estudos Organizacionais, sugerindo a necessidade de abordagens capazes de incorporar história, território, conflito político e reprodução da vida como dimensões constitutivas dos processos organizativos.

Ontologicamente, parte-se de uma perspectiva processual, que compreende organizações como fenômenos em permanente construção nas práticas sociais. Epistemologicamente, adota-se uma abordagem interpretativa crítica, reconhecendo o caráter situado do conhecimento, em contextos de desigualdade socioterritorial.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em cinco seções: referencial teórico; procedimentos metodológicos; contextualização histórica do acesso à terra em Curitiba; análise das práticas organizativas cotidianas no assentamento; e considerações finais.

2. Referencial teórico

2.1 *Organizing e a compreensão processual das organizações*

Nos Estudos Organizacionais, permanece forte o privilégio analítico de organizações empresariais, formais e institucionalmente estabilizadas. A organização tende a ser concebida como entidade delimitada. Tal pressuposto contribui para marginalizar formas organizativas socioterritoriais marcadas por conflito político, desigualdade estrutural e precariedade material, frequentemente tratadas periféricas.

A perspectiva do *organizing* tensiona essa tradição ao deslocar o foco da organização como entidade estática para os processos pelos quais ela se constitui nas práticas cotidianas (Weick, Sutcliffe, & Obstfeld, 2005; Duarte & Alcadipani, 2016). Organização é efeito de interações, negociações e produção de sentido. Contudo, embora essa inflexão processual represente avanço significativo, grande parte da literatura ainda se ancora em contextos organizacionais relativamente estabilizados, nos quais o *organizing* ocorre sob condições institucionais de previsibilidade.

Em Weick *et al.* (2005), a produção de sentido emerge como resposta à ambiguidade organizacional, mas raramente como enfrentamento direto de conflito estrutural ou disputa material pela sobrevivência.

Mesmo em formulações críticas do *organizing* no contexto brasileiro (Duarte & Alcadipani, 2016), a ênfase recai sobre práticas organizacionais e produção de sentido, sem incorporar territorialidade e conflito como dimensões ontológicas. Ao deslocar o *organizing* para experiências como o MST, torna-se evidente que organizar não é apenas construir sentido, mas sustentar materialmente a vida coletiva em cenários de desigualdade estrutural.

Estudos sobre o cotidiano em assentamentos (Rodrigues *et al.*, 2021) e sobre a práxis formativa do MST (Fernandes, 2025) ampliam a compreensão do organizar evidenciando que envolve trabalho de base, formação política e reconstrução territorial contínua. O *organizing*, nesses contextos, não se limita à coordenação de ações ou à negociação simbólica, articula reprodução material, formação de sujeitos e legitimidade social. A prática organizativa não é apenas interpretativa; é também ontologicamente implicada na manutenção da existência coletiva. O conflito não aparece como disfunção ou evento excepcional, mas como dimensão constitutiva do organizar.

Desse modo, este artigo aplica e reconfigura o *organizing* a partir do MST na perspectiva de experiências socioterritoriais historicamente invisibilizadas nos Estudos Organizacionais. Ao incorporar territorialidade, memória coletiva e conflito como dimensões ontológicas, desloca-se o *organizing* de uma epistemologia centrada na produção de sentido sob pressupostos de estabilidade institucional para uma compreensão da organização como processo de sustentação da vida sob conflito estrutural.

Processos organizativos revelam-se inseparáveis de historicidade, implicação política e disputas materiais de existência. Analisar o MST a partir do *organizing* implica tensionar pressupostos consolidados do campo, especialmente sua abstração territorial, despolitização analítica e a centralidade de organizações empresariais.

2.2 Cotidiano, história e práticas sociais: contribuições de Heller e Certeau

Para compreender processos organizativos, é insuficiente restringir a análise às estruturas formais. As contribuições de Heller (1970) e Certeau (2014) oferecem fundamentos

analíticos que deslocam o foco para o cotidiano como dimensão ontologicamente constitutiva da vida social.

Heller (1970) compreende o cotidiano como domínio da reprodução social, mas também como espaço onde se realizam escolhas morais e históricas. A vida cotidiana constitui o nível em que indivíduo e sociedade se articulam, produzindo continuidade e transformação histórica. Ao afirmar que “a sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem” (Heller, 1970, p. 2), a autora desloca a análise das abstrações estruturais para as práticas concretas, sugerindo que a história se realiza nas ações ordinárias dos sujeitos. Não é microescala despolitizada, mas área na qual se sedimentam valores, decisões e projetos coletivos.

Certeau (2014), por sua vez, enfatiza as micropáticas pelas quais sujeitos socialmente situados negociam e reinventam estruturas de poder que não controlam plenamente. Sua distinção entre estratégias e táticas evidencia que, enquanto estratégias se vinculam a posições institucionalmente estabilizadas, as táticas emergem da ação daqueles que habitam espaços de assimetria. Práticas como produzir, circular e comercializar, configuram, modos criativos de apropriação e reinvenção do espaço social. Certeau (2014) evidencia a agência situada que se manifesta nas “artes de fazer” do cotidiano.

A articulação entre Heller e Certeau permite compreender o cotidiano simultaneamente como espaço de reprodução histórica e de invenção política. Se Heller destaca a continuidade, Certeau evidencia sua potência inventiva diante das assimetrias. Essa convergência desloca a análise organizacional do plano exclusivamente estrutural ou institucional para o plano das práticas situadas, revelando que processos organizativos são reconstituídos por contextos territoriais e políticos.

Se o *organizing* desloca a organização da estrutura para o processo, Certeau (2014) radicaliza esse movimento ao mostrar que o processo organizativo, em contextos de assimetria, assume forma tática. Organizar, nesses cenários, não é apenas produzir estrutura, mas operar criativamente nas fissuras do poder. A organização pode ser compreendida como efeito acumulado de táticas cotidianas que, reiteradas, sustentam coletividades sob subalternidade.

Assumir o cotidiano como categoria analítica implica reconhecer que organização não se reduz a arranjos formais ou estruturas estabilizadas. Ela se produz nas decisões ordinárias, nas negociações práticas, nas adaptações criativas e nos conflitos que atravessam a vida social. Em contextos socioterritoriais, essa perspectiva permite compreender que organizar significa, simultaneamente, reproduzir condições de existência e reinventá-las.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa orientada por uma perspectiva interpretativa crítica, coerente com a ontologia processual adotada. A pesquisa foi realizada no Assentamento Índio Galdino, em Curitiba/SC, entre junho e novembro de 2023, totalizando cinco visitas. Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com assentados e assentadas, com idade entre 27 e 68 anos, que foram identificados por pseudônimos. Todas as entrevistas foram realizadas mediante consentimento, gravadas e transcritas e complementadas com registros do diário de campo.

A estratégia analítica fundamentou-se na análise de narrativa, segundo Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), considerando sequências de eventos, avaliações e posicionamentos sociais. As narrativas foram examinadas além do conteúdo como formas situadas de construção de sentido. Foram interpretadas como dispositivos por meio dos quais os sujeitos organizam retrospectivamente suas experiências, permitindo observar como práticas

cotidianas, memórias e conflitos se articulam na constituição do *organizing* socioterritorial. Identificamos núcleos narrativos relacionados a experiências de luta, organização do acampamento, gestão do assentamento, divisão de tarefas, estratégias produtivas e relações institucionais.

A interpretação foi conduzida à luz da perspectiva do *organizing*, compreendendo as narrativas como processos organizativos. Práticas narradas, como decisões produtivas, enfrentamentos políticos e táticas de comercialização, foram analisadas como constitutivas de arranjos socioterritoriais. A análise privilegiou tensões e reconfigurações como parte do organizar sob condições de conflito estrutural.

Reconhece-se que a pesquisa é situada e não generalizável. As narrativas são reconstruções contextuais, expressando sentidos produzidos no momento da entrevista. O objetivo não é representar o MST como totalidade, mas compreender como, em um contexto específico, o *organizing* socioterritorial se produz no cotidiano.

4. História, território e organizar: a luta pela terra em Curitiba

4.1 Terra e poder: historicidade da questão agrária na região

O acesso à terra no Brasil tem sido marcado por processos estruturais de concentração fundiária, quando territórios habitados por povos originários foram apropriados e reorganizados segundo interesses econômicos e políticos da colônia. Esse processo consolidou um modelo agrário concentrado, produzindo desigualdades persistentes que ainda atravessam o cotidiano das populações rurais (Lemos, 2006).

A região de Curitiba, expressa essa historicidade conflitiva. As disputas fundiárias durante a Guerra do Contestado (1912–1916) deixaram marcas nas formas de ocupação territorial e nas relações sociais locais. Como observa Germani (2006), a marginalização de populações caboclas e a expulsão de povos originários ocorreram paralelamente à consolidação do poder dos chamados “homens de posse”, frequentemente sustentado por mecanismos de coerção e violência. A organização da propriedade da terra revela relações assimétricas de poder.

O Movimento do Contestado pode ser interpretado como expressão histórica de resistência socioterritorial. Reunindo camponeses, posseiros expulsos, trabalhadores impactados pela expansão ferroviária e outros grupos marginalizados, o movimento articulou dimensões religiosas, políticas e culturais na defesa de modos de vida (Carvalho, 2009).

Sob a lente das “táticas” propostas por Certeau (2014), tais mobilizações podem ser compreendidas como formas de ação desenvolvidas por sujeitos posicionados em contextos de desigualdade, que, mobilizam recursos culturais, comunitários e simbólicos para afirmar existência social e disputar reconhecimento. A resistência camponesa manifesta-se em confrontos diretos e nas práticas ordinárias de sobrevivência, organização comunitária e reprodução cultural.

Os efeitos históricos dessas disputas permanecem visíveis na região. Estudos recentes indicam que populações caboclas continuam enfrentando precarização do trabalho, instabilidade econômica e exclusão social, evidenciando desigualdades persistentes (Tecchio, 2023). Um processo que condiciona trajetórias e formas de organização socioterritorial.

Sob a perspectiva do *organizing* socioterritorial, essas dinâmicas históricas não constituem mero pano de fundo contextual, mas dimensões constitutivas dos processos organizativos. A luta pela terra não se restringe a eventos ou políticas; ela se materializa nas

práticas cotidianas, nas relações comunitárias e nas estratégias coletivas que sustentam a vida em territórios marcados por desigualdade. Movimentos socioterritoriais, como o MST, inserem-se nesse fluxo histórico ao articular produção agrícola, ação política, formação social e territorialização como práticas organizativas (Duarte & Alcadipani, 2016; Cardoso & Dal Bosco, 2025; Santos *et al.*, 2025).

Essa perspectiva permite compreender o Assentamento Índio Galdino não apenas como resultado institucional da reforma agrária, mas como expressão contemporânea de processos históricos de disputa territorial, resistência social e construção coletiva. História, território e cotidiano, não constituem dimensões separadas, mas elementos interdependentes na produção contínua de formas organizativas socioterritoriais.

4.2 Organizar a luta: o MST e a construção territorial em Curitiba

O MST surgiu na década de 1980 como resposta à histórica concentração fundiária e às desigualdades estruturais no campo brasileiro, consolidando-se como uma das principais expressões de luta pela reforma agrária no país. Inspirado nas Ligas Camponesas e apoiado por organizações religiosas, o movimento articulou ocupações de terra, formação política e práticas educativas (Morissawa, 2001). Essa trajetória evidencia que o MST não se configura apenas como organização formal, mas como processo histórico de mobilização coletiva (Picolotto, 2007). Em 1998, o MST encontrou em Curitiba um contexto marcado por conflitos fundiários e desigualdades sociais. A mobilização de famílias não representava apenas a busca por terra, mas a possibilidade de reorganizar a vida social, econômica e simbólica dessas famílias.

A literatura sobre o MST também enfatiza que o movimento não se reduz à mobilização política pela terra, mas envolve processos contínuos de formação, trabalho de base e construção de sujeitos coletivos. Fernandes (2025) destaca que a práxis do movimento articula organização produtiva, formação política e experiências educativas, evidenciando o organizar como prática material e formativa. Esse processo pode ser compreendido como prática contínua de organização social, em que a organização emerge da ação. Em uma das visitas, um assentado sintetizou essa dimensão processual que registramos no Diário de Campo (2023) afirmando que “o Movimento é uma ideia, não existe uma estrutura jurídica que organiza o movimento, ele acontece com a mobilização de pessoas com o objetivo de obter uma terra (território)”. Essa afirmação evidencia a organização como mobilização territorial em fluxo.

A ocupação, o acampamento, a divisão de tarefas e as decisões coletivas constituem, momentos nos quais o organizar se materializa como prática social situada. De acordo com João: “As decisões não se estruturam por votação formal, mas por busca de consenso, em discussões prolongadas até que exista o consenso entre os pares” (Entrevista, 2023). Organizar não significa apenas coordenar ações, mas reproduzir materialmente a existência comum, articulando território e ação política.

Em diferentes narrativas, a luta contemporânea é conectada à memória histórica regional. Um assentado afirmou: “nós somos descendentes do caboclo da guerra” (Diário de Campo, 2023), articulando a atual disputa territorial à herança da Guerra do Contestado. A memória não opera como evocação nostálgica, mas como recurso político que sustenta a legitimidade da permanência na terra.

As visitas de campo evidenciaram como esse processo se materializa nas experiências cotidianas dos assentados. O cotidiano nas residências configura espaços de produção narrativa e identidade. O ato de narrar a própria trajetória constitui prática organizativa que reafirma

pertencimento coletivo e estrutura temporalmente a experiência da luta. Narrar organiza o passado e projeta o futuro coletivo.

Este estudo evidencia que a luta pela terra se configura como processo organizativo em permanente construção, no qual memória, território e ação política se articulam na produção de formas organizativas territorialmente implicadas e historicamente situadas.

4.3 Narrativas do antes: trajetórias que antecedem a luta

O organizar se enraíza nas experiências cotidianas dos assentados, é necessário observar trajetórias anteriores à entrada no movimento, como limitações estruturais, experiências familiares e práticas produtivas moldam disposições para a ação coletiva, mostrando que a adesão ao MST raramente é abrupta.

001 - A “Maria” trabalhava no posto de saúde lá da comunidade e eu na roça [...] a terra era do pai [...] eu nem conhecia a luta assim, eu vouí. Depois que eu saí a “Maria” disse: Você vai mesmo? Eu digo, eu vou! [...] Aí eu fui, 72 dias não pude sair mais, ninguém pode sair, fechou o tempo [...] até a polícia atirou em nós. A pistolagem ali era forte, a própria polícia atirou em nós. [...] Daí voltei pra casa e ninguém queria que eu fosse [...], mas parece que tá no sangue (João, 2023).

Quando João afirma que “parece que tá no sangue”, a decisão não é ato voluntarista isolado, mas como expressão condensada de uma trajetória de reprodução limitada da vida cotidiana. A escolha emerge como decisão situada no interior de um campo restrito de alternativas, no qual permanecer significa reiterar condições de precariedade produtiva e subordinação territorial. A ida ao acampamento pode ser interpretada, como uma tática, sendo um movimento produzido nas fissuras da estrutura agrária. A ocupação da terra constitui reapropriação do espaço, reorganizando territorialidades.

A adesão ao movimento não resulta apenas de engajamento político, mas também de constrangimentos estruturais que restringem alternativas. O cotidiano é espaço de escolhas situadas, atravessadas por necessidades, valores e limites históricos (Heller, 1970). A entrada no MST pode ser interpretada como tentativa de ruptura com ciclos de reprodução da precariedade.

Antes da formalização do assentamento, observa-se um *organizing* embrionário, ou seja, redes familiares mobilizadas, circulação de informações, partilha de riscos e construção de confiança. O organizar emerge da decisão coletiva de enfrentar a ameaça territorial. O “antes” da luta já contém práticas organizativas socioterritoriais, ainda que não nomeadas como tal pelos próprios sujeitos.

A permanência coletiva no acampamento, marcada por medo, isolamento e violência, evidencia ainda que a organização não se constitui apenas por estruturas formais, mas na partilha cotidiana de riscos e expectativas. A experiência revela processos organizativos atravessados simultaneamente por território, memória coletiva e conflito político.

As anotações de campo indicam também que essa decisão raramente é individual. Conversas familiares e hesitações mostram que a luta pela terra reorganiza relações domésticas, expectativas de futuro e sentidos de pertencimento. A reforma agrária ultrapassa a dimensão de política pública e se materializa como experiência social vivida.

Essa dimensão torna-se particularmente evidente na narrativa de Mariana:

002 - Meu pai tinha um pedaço de terra que era de herança. Mas eles eram em três irmãos então no dividir ali ficou pouquíssima coisa para cada um né? [...] A gente tinha para subsistência. [...] às vezes saía trabalhar fora, na marcenaria né? [...] aí quando apresentaram o movimento pro pai, aí a gente ficou bem assustado, que era que a gente via na mídia [...] (Mariana, 2023).

O relato revela como a fragmentação fundiária e a instabilidade econômica produzem trajetórias marcadas pela limitação das possibilidades materiais. A divisão sucessória reduziu sua viabilidade produtiva, obrigando a complementar renda com trabalhos temporários. O cotidiano não é mera repetição, mas espaço em que necessidades e limites históricos moldam escolhas concretas (Heller, 1970). A aproximação com o MST emerge não como adesão ideológica prévia, mas como decisão situada diante da insuficiência estrutural da pequena propriedade fragmentada.

A ambivalência expressa por Mariana “a gente ficou bem assustado” indica que o movimento é inicialmente percebido como risco, marcado por incertezas. Essa passagem do medo à aproximação pode ser interpretada como movimento tático, ou seja, diante de estruturas agrárias concentradas, a adesão ao movimento constitui forma de reapropriação do espaço.

003 – [...] na época como tinha esse outro assentamento do outro lado do rio, lá se tinha essa conversa de barragens, aí a gente tinha medo também, e até então lá onde a gente morava está embaixo d'água [...] daquela comunidade nossa foi dez ou doze famílias. No dia que a gente começou arrumar as coisas, ficou até emocionado de sair de lá e deixar minha vó [...] (Mariana, 2023).

A perda do território ancestral não é apenas dano econômico, mas ruptura de vínculos afetivos e comunitários. O deslocamento evidencia ameaça territorial. A adesão ao movimento pode ser interpretada como processo de reterritorialização coletiva.

O “antes” da luta já contém experiências de desorganização territorial. Grandes projetos de desenvolvimento intensificam essa condição de ameaça. A adesão ao movimento surge menos como opção ideológica abstrata e mais como tática concreta de reconstrução territorial e social.

Decisões familiares de migrar, permanecer ou aderir ao movimento constituem respostas situadas a processos históricos mais amplos. A conquista posterior da terra representa não apenas melhoria econômica, mas reconstrução de autonomia, pertencimento e estabilidade cotidiana.

Essa tensão entre deslocamento e pertencimento aparece também na narrativa de Manoel:

004 - O pai [...] era camponês sempre trabalhou na lavoura [...] sempre tinha o sonho de comprar a terra [...] o pai trabalhava de pedreiro, naquela época era bem sofrida a vida dele. O pai sofreu bastante também porque não tem uma vista, daí quando ia arrumar emprego também, além de ser preto, caboclo né, ainda não tinha uma vista, tinha um preconceito assim, então ele sofreu bastante assim, porque não conseguia arrumar emprego [...] sempre com o sonho de ser produtor (Manoel, 2023).

A trajetória evidencia persistência da identidade camponesa mesmo após migração urbana compulsória. O trabalho urbano surge como necessidade, revelando deslocamento forçado da territorialidade. A reprodução cotidiana da vida, atravessada pela precarização

laboral e a discriminação racial e física, restringe o campo de possibilidades, mas não elimina a projeção de futuros. O “sonho de ser produtor” opera como memória ativa que preserva horizonte territorial mesmo sob condições adversas.

À luz de Certeau (2014), essa permanência simbólica do pertencimento camponês pode ser compreendida como forma de resistência cotidiana, mesmo inserido em estruturas urbanas excludentes, o sujeito mantém práticas, valores e expectativas que tensionam a lógica dominante. O desejo de retorno à terra constitui gesto tático de recomposição da autonomia produtiva.

Nesses casos, a entrada no MST não representa ruptura abrupta, mas convergência entre memória territorial, necessidade material e busca por dignidade. O *organizing* socioterritorial manifesta-se recomposição da vida cotidiana. A organização emerge como resposta situada à precariedade e à despossessão simbólica.

Essas experiências revelam que organização, território e memória não são dimensões separáveis. As práticas cotidianas de cultivar, compartilhar recursos e negociar coletivamente, constituem simultaneamente táticas de resistência à precariedade, formas organizativas e respostas práticas às desigualdades historicamente persistentes.

Essa centralidade do cotidiano nas experiências organizativas também aparece em outros estudos. Rodrigues *et al.* (2021), ao investigarem assentados e pré-assentados no Paraná, demonstram que práticas ordinárias, memórias territoriais e redes comunitárias sustentam a vida coletiva, mostrando que o pertencimento se produz no cotidiano. Os autores reforçam que a organização socioterritorial emerge menos de arranjos formais e mais de processos relacionais enraizados na vida cotidiana. Essa convergência empírica fortalece a proposição de que o *organizing* socioterritorial se constitui no cotidiano como prática situada de reterritorialização e sustentação da vida sob condições de desigualdade estrutural.

4.4 O acampamento como espaço de organizing: solidariedade, aprendizagem e resistência

Os acampamentos do MST configuram territórios de produção organizativa intensiva, nos quais a organização emerge da necessidade concreta de sustentar a vida. Sob a perspectiva do *organizing* (Weick, Sutcliffe & Obstfeld, 2005; Duarte & Alcadipani, 2016), a organização é compreendida como processos em fluxo, continuamente produzido por interações situadas, nos acampamentos esse fluxo ocorre sob precariedade e conflito. Organizar, nesse contexto, não significa apenas coordenar atividades, mas produzir coletivamente condições mínimas de existência.

A narrativa de José permite vislumbrar essa dinâmica:

005 – [...] tinha a turma da higiene [...] tinha a turma da saúde [...] se não tinha voluntário aí a gente ia por número [...] o líder da coordenação [...] participava e chamava todo mundo [...] vamos ter que caprichar com o barraco, fazer isso e aquilo, hoje tem um trabalho lá, lidar com a água pra nós bebê, já não tem muita água no poço, temos que abrir esse poço mais bem [...] (José, 2023).

A divisão de tarefas, o cuidado com a água e a organização da saúde revelam que a estrutura organizativa não é previamente estabilizada, mas continuamente produzida pela ação. À luz de Weick *et al.* (2005), trata-se de “*enactment*”, isto é, a organização emerge no fazer. Aqui ocorre sob carência material e risco permanente, as práticas do acampamento configuram táticas cotidianas de reapropriação territorial. Abrir poços, organizar barracos e distribuir responsabilidades não são apenas soluções, mas modos de reinscrever autonomia.

Se, em Weick *et al.* (2005), o *enactment* refere-se à produção de estrutura por meio da ação, no acampamento assume forma tática. As práticas não apenas constroem organização; operam como permanência sob ameaça.

O *organizing* socioterritorial manifesta-se como tática permanente. As ações do acampamento emergem da ausência de controle estrutural. A água escassa, o abrigo improvisado e a saúde coletiva tornam-se problemas organizativos cuja resolução depende da inventividade cotidiana. A organização não opera sobre um território dado; ela o produz. O acampamento constitui processo de territorialização prática.

O cotidiano do acampamento é espaço histórico de mediação entre indivíduo e sociedade. Ao dividir tarefas, resolver conflitos e negociar decisões, os assentados produzem formas de sociabilidade que reconfiguram suas posições. O cotidiano torna-se espaço de elaboração histórica, no qual a reprodução da vida é simultaneamente reprodução e transformação.

Essa dimensão organizativa amplia-se nas redes externas de solidariedade, “vinha muitas doações [...] igrejas ou outros assentamentos [...] até de fora do país” (Mariana, 2023). As doações evidenciam que o *organizing* socioterritorial não se restringe ao espaço físico do acampamento. Ele articula redes que produzem sustentação material e legitimidade. O *organizing*, emerge precisamente nas lacunas institucionais, constituindo-se em contextos de desassistência e conflito. A solidariedade não elimina assimetrias nem precariedades, ela coexiste com vulnerabilidades estruturais. O *organizing*, nesse contexto, não é harmonia, mas processo tensionado pela necessidade.

A dimensão formativa do acampamento também revela articulação entre *organizing* e práticas cotidianas:

006 – [...] separava por fila [...] acabava que nós que era da quarta série acabava ajudando na instrução [...] eu tive que ir para a cidade para estudar, ali aí me bateu um pouco assim, né? Você não tinha amigos que da mesma idade que vinham do mesmo lugar, vinha um transporte para buscar os alunos para, para virem pra cidade, né? [...] então sofria muito bullying, até dos professores. Ah e daí era obrigatório de uniforme a gente não tinha (Mariana, 2023).

A alfabetização coletiva e a ajuda mútua revelam que a organização envolve a produção de saberes e valores no cotidiano como espaço formativo. O cotidiano é espaço de formação, é campo de invenção. Ao ensinar e aprender coletivamente, os acampados produzem microespaços de autonomia. O contraste com a escola urbana evidencia que o *organizing* socioterritorial é tensionado ao confrontar instituições hegemônicas.

Esse tensionamento torna-se ainda mais explícito na negociação do estigma:

007 - Muita gente pensa que os sem-terra é um bicho [...] fomos se adequando com eles, agora nos tratam bem (José, 2023).

A disputa simbólica por reconhecimento evidencia que o *organizing* ultrapassa a coordenação interna e passa a operar na interface com a sociedade. Por meio da convivência cotidiana e das relações produtivas, os assentados reconfiguram percepções sociais. Organizar, aqui, é também disputar narrativas.

Consideradas em conjunto, essas narrativas indicam que o acampamento não é fase transitória, mas momento constitutivo do *organizing* socioterritorial. Ele funciona como espaço de táticas e disputas, nos quais território, memória coletiva e conflito político se entrelaçam no cotidiano.

O acampamento evidencia que organizar, em contextos de conflito fundiário, significa: a) produção coletiva das condições materiais de existência sob escassez; b) territorialização prática por meio de táticas cotidianas; c) articulação de redes externas de solidariedade e legitimidade; e d) disputa simbólica por reconhecimento social. Aqui ele emerge sob condição de ameaça territorial.

O acampamento constitui não apenas etapa anterior ao assentamento, mas núcleo formativo do *organizing* socioterritorial: espaço em que resistência, aprendizagem e produção territorial se tornam indissociáveis.

4.5 Do acampamento ao assentamento: reorganizações do cotidiano

A conquista do assentamento não representa o encerramento do processo organizativo, mas sua reconfiguração. Se o acampamento exige organização orientada à resistência e à sobrevivência, o assentamento desloca o *organizing* para a gestão do território, da produção e das relações comunitárias. A luta se transforma. A resistência, antes centrada na permanência sob lonas e na disputa direta pela terra, desloca-se para a sustentação cotidiana do território conquistado, envolvendo organização produtiva, negociação institucional e reconstrução contínua do coletivo.

Sob a perspectiva do *organizing* (Weick, Sutcliffe & Obstfeld, 2005; Duarte & Alcadipani, 2016), esse deslocamento evidencia que organização não é estado alcançado, mas processo continuamente renegociado. A conquista da terra não estabiliza o coletivo; ela inaugura novas arenas de tensão. Não se encerra com a institucionalização do assentamento, reinscreve-se nas práticas produtivas e nas relações institucionais. A narrativa de João explicita essa inflexão:

008 - Quando saiu os primeiros recursos [...] se atacamo a comprar junta de boi, arado de boi, carroça [...] Ninguém parou e bah não conseguiu juntar. Vamos se juntar e comprar uma patrulha agrícola? Com o mesmo dinheiro nós comprava trator que fazia o serviço de todo mundo. Todo mundo começou a olhar de forma individual [...] (João, 2023).

O relato revela a passagem de uma coletividade forjada na escassez para um cenário em que a posse individual da terra reativa disposições históricas de autonomia produtiva familiar. No acampamento, a cooperação era condição imediata de sobrevivência; no assentamento, a segurança relativa reabre a possibilidade de decisões individualizadas.

O cotidiano constitui o espaço onde valores internalizados orientam decisões práticas (Heller, 1970). A busca por instrumentos próprios responde à necessidade de segurança material, especialmente após longos períodos de instabilidade. A reflexão posterior de João sobre a oportunidade perdida evidencia a tensão persistente entre projeto coletivo e práticas individualizadas.

Se no acampamento as táticas operavam contra a estrutura fundiária excludente, no assentamento elas passam a operar também no interior do próprio coletivo. A organização territorial não elimina a necessidade de invenção prática; ela desloca sua arena. A cooperação deixa de ser imposição da escassez e passa a ser escolha política que precisa ser reiterada cotidianamente.

Os registros de campo indicam, contudo, que a dimensão coletiva não desaparece. Ela se reconfigura em iniciativas associativas, cooperativas e práticas de comercialização compartilhada, no qual formas organizativas emergem e se transformam.

Essas tensões tornam-se particularmente visíveis nas estratégias de comercialização. Os assentados comercializavam produtos em feiras livres locais, em dinâmica baseada na proximidade territorial e na sociabilidade direta, mas uma decisão do poder público municipal instituiu o Mercado Municipal como espaço formalizado de venda:

009 - A ideia era um box para cada comunidade [...] formemos uma associação [...] não deu certo [...] produtos de origem animal, não podia vender [...] tinha que legalizar (Manoel, 2023).

A formalização sanitária e as exigências institucionais introduzem racionalidades externas que tensionam a lógica da agricultura familiar. O que parecia política de apoio transforma-se em necessidade de adaptação. O *organizing* socioterritorial passa a operar na interface entre território camponês e aparato institucional, sem suspender a assimetria estrutural. Mariana complementa essa experiência:

010 – [...] eles exigem que tenham as gôndolas da gente cheia sempre [...] a gente não produz tudo o ano inteiro! [...] fica o dia todo lá atendendo como se fosse um, é um comércio [...] não fluiu do jeito que a gente imaginava (Mariana, 2023).

O contraste entre a lógica da feira livre e a exigência permanente do mercado formal evidencia o desencontro entre diferentes racionalidades produtivas. O mercado institucional exige padronização e regularidade. Esse tensionamento ocorre na interface entre território e instituições. O conflito não é apenas técnico; é ontológico. Trata-se do choque entre modos distintos de organizar a vida.

É nesse contexto que emergem táticas cotidianas de adaptação:

011 - E aí [a gente vende] via WhatsApp. Porque o pessoal já tinha costume já de [ir] lá na feira, então a gente já tinha uma certa amizade. Vamos dizer assim, não é só clientes (Manoel, 2023).

O uso do WhatsApp não representa apenas adoção tecnológica, mas reinscrição das relações comerciais em redes de confiança, operando nas fissuras do mercado e reativando vínculos comunitários, evidenciando a negociação entre economia e pertencimento.

Sob essa perspectiva, a passagem do acampamento ao assentamento não elimina a condição de vulnerabilidade, mas a transforma. Se antes a ameaça era a expulsão, agora assume forma de inviabilidade econômica, exigências burocráticas e fragmentação interna. O conflito permanece estruturante. Evidenciamos que: a) a organização não se estabiliza com a conquista da terra; b) o território exige gestão contínua; c) a cooperação precisa ser reiterada; d) as táticas cotidianas permanecem centrais.

É nas ações ordinárias que se materializam escolhas históricas (Heller, 1970). É nas micropráticas que sujeitos reinventam autonomia (Certeau, 2014). Desse modo, o assentamento não constitui ponto final da luta, mas deslocamento de sua arena. A terra deixa de ser promessa e torna-se responsabilidade histórica. O *organizing* socioterritorial manifesta-se como processo cotidiano de sustentação da vida coletiva. A organização não se encerra, ela se reinscreve nas práticas que mantêm o território vivo.

4.6 *Organizing socioterritorial*

A articulação entre cotidiano, história e processos organizativos permite avançar além da aplicação da perspectiva do *organizing* a contextos socioterritoriais, indicando a necessidade de reconfiguração conceitual. Essa inflexão emerge das evidências empíricas analisadas neste estudo, especialmente das narrativas dos assentados e das práticas observadas no cotidiano. Se organizar, refere-se ao fluxo contínuo de interações e construção de sentido (Weick, Sutcliffe, & Obstfeld, 2005), a análise da luta pela terra evidencia que tais processos não se dão em condições de relativa estabilidade institucional, mas em cenários atravessados por desigualdade estrutural, conflito político e disputa territorial.

Em contextos socioterritoriais essa produção ocorre sob condição de assimetria estrutural. Organizar, nesses contextos, implica lidar continuamente com incertezas materiais, ameaças territoriais e disputas por legitimidade. As práticas cotidianas não apenas organizam tarefas, mas constituem táticas de reapropriação territorial. O *organizing* socioterritorial não se limita ao sentido, mas opera como prática de resistência situada.

Essa constatação revela um limite pouco problematizado na literatura, abordagens processuais ainda preservam pressupostos de neutralidade e abstração territorial, que não se sustentam em contextos de conflito socioterritorial. Ao deslocar o *organizing* para experiências socioterritoriais, torna-se evidente que organizar não é apenas produzir sentido ou coordenar interações, mas sustentar materialmente a vida coletiva.

Nesses cenários, organizar implica negociar condições de sobrevivência, reconstruir vínculos comunitários, disputar reconhecimento e territorializar práticas produtivas. A territorialidade torna-se dimensão constitutiva. A memória coletiva, atua como recurso político mobilizado na sustentação do coletivo.

O conflito, por sua vez, não é desvio, mas elemento estruturante do organizar. Organizar passa a significar a sustentação cotidiana da vida coletiva e do pertencimento territorial. Assentamentos do MST não podem ser compreendidos apenas como resultados institucionais, mas como processos organizativos em permanente construção.

A partir desse deslocamento analítico, propõe-se a noção de *organizing* socioterritorial, de uma construção teórica ancorada empiricamente, que emerge da interlocução entre os achados da pesquisa de campo e o diálogo com a literatura. Diferentemente de outras abordagens, o *organizing* socioterritorial caracteriza-se por sua dependência ontológica do território como condição de existência coletiva. Nesses contextos, a organização não apenas disputa significados, mas negocia materialmente sua continuidade. O conflito é territorial e estruturante.

Essa proposição implica tensionar pressupostos ontológicos nos Estudos Organizacionais. Em vez de conceber organizações como arranjos estabilizados, propõe-se compreendê-las como processos territorialmente implicados e politicamente atravessados. Isso exige reconhecer que formas organizativas socioterritoriais não constituem exceções empíricas periféricas, mas experiências analíticas centrais, capazes de reorientar o entendimento do organizar enquanto prática social.

A Figura 1 não representa causalidade linear, mas uma arquitetura relacional que articula três níveis analíticos: condições ontológicas, mediação cotidiana e desdobramentos processuais do organizar socioterritorial. A modelagem deriva da sistematização dos dados empíricos, funcionando como uma abstração teórica das dinâmicas observadas no campo.

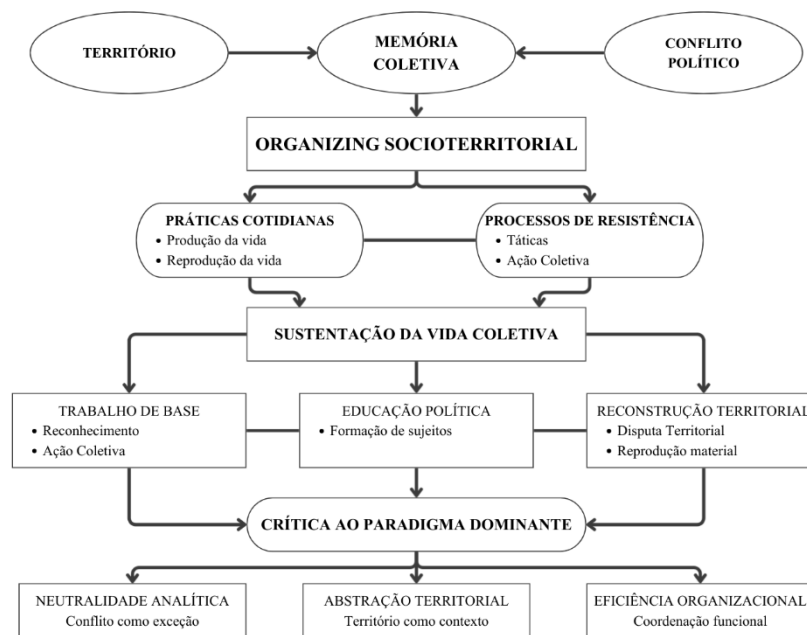
No primeiro nível situam-se as dimensões ontológicas constitutivas: território, memória coletiva e conflito político. Essas dimensões não operam como contexto, mas como

fundamentos da organização. O território não é ambiente, mas condição de existência; a memória coletiva não é elemento identitário acessório, mas recurso político mobilizado; o conflito não é evento excepcional, mas dimensão estruturante da continuidade organizativa.

No segundo nível encontra-se o cotidiano, incorporado a partir de Heller como categoria ontológica central. O *organizing* socioterritorial não se realiza fora do cotidiano, mas nas rotinas produtivas e decisões práticas que reproduzem e transformam a vida coletiva sob condições de desigualdade estrutural.

No terceiro nível emergem os desdobramentos processuais do organizar, articulando *organizing* e Certeau. As práticas cotidianas articulam reprodução da vida e resistência por meio de táticas que reconfiguram assimetrias de poder. O *organizing* não é apenas construção de sentido, passando a ser entendido como processo territorialmente implicado que articula reprodução material e invenção política.

Figura 1: *Organizing* Socioterritorial: um paradigma crítico



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A convergência entre condições ontológicas, cotidiano e práticas de resistência culmina na sustentação da vida coletiva como núcleo do *organizing* socioterritorial. Essa sustentação se concretiza por meio de práticas recorrentes identificadas na pesquisa, tais como o trabalho de base, a educação política e os processos de reconstrução territorial, que tratam-se de expressões organizativas emergentes do campo. O conflito não é contingência nem desvio; é condição de possibilidade da própria organização.

Por fim, essa proposição analítica explicita os limites do paradigma organizacional dominante: neutralidade analítica, abstração territorial e centralidade da eficiência funcional, evidenciando sua insuficiência. O *organizing* socioterritorial configura uma inflexão teórica que integra ontologia do cotidiano, práticas de resistência e abordagem processual, reposicionando o organizar como prática territorialmente implicada e historicamente situada. Essa proposta não apenas descreve uma realidade empírica específica, mas oferece uma lente

analítica utilizável para compreender formas de organização em contextos de conflito socioterritorial. Portanto, o paradigma dominante revela-se não apenas empiricamente limitado, mas teoricamente incompleto.

Considerações finais

A análise das trajetórias dos assentados do Assentamento Índio Galdino permite compreender a luta pela terra como processo organizativo contínuo tecido no cotidiano. Ao articular as contribuições de Heller (1970) e Certeau (2014) à perspectiva do *organizing*, evidenciamos que a organização não se restringe às estruturas formais, emergindo nas práticas ordinárias que sustentam material e simbolicamente a vida coletiva.

Os achados empíricos mostram que acampamento e assentamento constituem momentos distintos, porém interdependentes, de um mesmo processo organizativo. No acampamento, a coletividade é condição imediata de sobrevivência, estruturando práticas de solidariedade, aprendizagem e resistência. No assentamento, essa coletividade precisa ser continuamente reconstruída diante da posse individual da terra, das decisões produtivas e das tensões entre autonomia familiar e projeto coletivo. As evidências indicam ainda que a luta pela terra não se encerra com sua conquista: exigências institucionais e regulações públicas reconfiguram o campo de disputa, impondo novas formas de adaptação. Destaca-se também a centralidade simbólica da terra, que ultrapassa sua função produtiva e se afirma como elemento de pertencimento, reconstrução identitária e coesão comunitária. O *organizing* socioterritorial emerge nessa convergência entre reprodução material da vida e invenção prática sob condição de ameaça territorial.

No campo dos Estudos Organizacionais, o estudo contribui ao deslocar o foco da organização enquanto entidade formal para os processos socioterritoriais pelos quais ela se constitui. Ao analisar o MST sob essa perspectiva, mostramos que tais formas organizativas não apenas ampliam o escopo empírico do *organizing*, mas tensionam seus pressupostos, especialmente a neutralidade política, a abstração territorial e a centralidade de organizações empresariais. Nesse sentido, propomos compreender essas experiências como expressões de um *organizing* socioterritorial, concebido não apenas como extensão empírica, mas como inflexão ontológica que integra território, memória coletiva, conflito político e reprodução material da vida como dimensões constitutivas do organizar.

Essa proposição indica que organizar, em contextos socioterritoriais marcados por desigualdade estrutural, envolve não apenas coordenação de atividades, mas sustentação cotidiana da vida coletiva, negociação permanente de pertencimentos e disputa por reconhecimento social. O conflito, nesses contextos, não é anomalia, mas dimensão estruturante do processo organizativo. Ao incorporar essas dimensões, o *organizing* socioterritorial contribui para uma leitura mais situada, politicamente implicada e historicamente sensível das organizações.

Essa interpretação converge com análises recentes sobre movimentos socioterritoriais que destacam a centralidade da práxis cotidiana na formação de sujeitos políticos e organizativos (Fernandes, 2025; Rodrigues *et al.*, 2021), reforçando que a organização emerge simultaneamente como experiência territorial, processo formativo e prática de reprodução social.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações. Trata-se de estudo situado em um único assentamento, o que restringe generalizações. A abordagem narrativa privilegia interpretações construídas a partir das experiências relatadas, não captando integralmente dinâmicas

estruturais mais amplas. Além disso, a proximidade empática com os participantes, embora necessária, pode influenciar a interpretação, exigindo reflexividade constante para evitar leituras normativas ou romantizadas.

Esses limites apontam caminhos para pesquisas futuras. Estudos comparativos entre assentamentos, investigações longitudinais e análises que integrem dimensões institucionais, econômicas e territoriais podem aprofundar a compreensão das dinâmicas identificadas. Explorar o conceito de *organizing* socioterritorial em outros contextos de conflito territorial, como comunidades tradicionais, territórios indígenas, quilombolas ou movimentos urbanos por moradia, também pode contribuir para consolidar essa agenda teórica.

Por fim, as trajetórias analisadas reafirmam que a reforma agrária não se esgota na redistribuição da terra. Ela se realiza na construção cotidiana de alternativas produtivas, na negociação com estruturas institucionais e na persistência de sujeitos que reinventam modos de viver no campo. A luta não se encerra com a conquista do território, ela se desloca para o interior da vida ordinária, onde se decide continuamente a sustentabilidade do projeto coletivo.

Mais do que oferecer um fechamento conclusivo, este artigo sugere que experiências socioterritoriais como a de Curitiba desafiam categorias consolidadas dos Estudos Organizacionais. Ao evidenciar organizações como práticas vivas, historicamente situadas e politicamente implicadas, o estudo convida o campo a ampliar suas lentes analíticas, reconhecendo que formas organizativas contra-hegemônicas não são apenas objetos periféricos, mas fontes potenciais de renovação ontológica e conceitual.

Referências

- Carvalho, T. M. (2009). *Coerção e consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense).
- Cardoso, L. G. L., & Dal Bosco, M. G. (2025). Inferências sobre as três faces da reforma agrária no Brasil: desenvolvimento, política social e direito à alimentação. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 20, e72009. <https://doi.org/10.5902/19813694X72009>
- Certeau, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano*. Vozes.
- Duarte, M. F., & Alcadipani, R. (2016). Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. *Revista Organizações & Sociedade*, 23(76), 57–72.
- Fernandes, R. C. (2025). A práxis do Movimento Sem Terra: trabalho de base, organização e formação dos sujeitos em luta. *Revista Ciências do Trabalho*, 28.
- Germani, G. (2006). Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, 2, 115–147. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v2i2.3040>
- Heller, A. (1970). *O cotidiano e a história*. Paz e Terra.
- Labov, W. (1972). *Language in the inner city: Studies in the Black English vernacular*. University of Pennsylvania Press.
- Labov, W., & Waletzky, J. (1967). Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In J. Helm (Org.), *Essays on the verbal and visual arts*. University of Washington Press.
- Lemos, S. T. F. (2006). *A face oculta do caboclo de Curitiba: perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado* (Tese de doutorado). PUC-SP.
- Morissawa, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. Expressão Popular.
- Picolotto, E. L. (2011). Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *CSOnline*, 156–172.



Rodrigues, F. S., Zioli, E. G. O., Gaffuri, E. L., & Ichikawa, E. Y. (2021). “Querência da morte”: o cotidiano de assentados e pré-assentados em Querência do Norte, Paraná. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 8(18), 159–182.

Santos, L. L. M., Coca, E. L. F., Nascimento, R., Vinha, J. F. S. C., & Lopes, J. P. A. (2025). As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários e a relação campo/cidade no Brasil em 2020: luta pela reforma agrária popular. *Punto Sur*, 12, 129–148. <https://doi.org/10.34096/ps.n12.14562>

Tecchio, A. (2023). Vida e luta das famílias caboclas hoje. In R. R. Rodrigues et al. (Orgs.), *A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim* (pp. 373–380). Letra e Voz.

Weick, K. E., Sutcliffe, K. M., & Obstfeld, D. (2005). Organizing and the Process of Sensemaking. *Organization Science*, 16(4), 409–421. <https://doi.org/10.1287/orsc.1050.0133>